



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2.233

PROCESSO

Nº 100/2012

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença Ambiental Prévia, com base no Parecer Técnico nº 164/13/IE e na Deliberação-CONSEMA nº 06/2013, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

CNPJ: 10.647.979/0001-48

LOGRADOURO: AV. RODOVIA DOM PEDRO I, km 110+400, S/Nº

BAIRRO: SÍTIO DA MOENDA

CEP: 13252-800

MUNICÍPIO: ITATIBA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: PROLONGAMENTO DA RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) – SEGMENTO ENTRE AS RODOVIAS ANHANGUERA E BANDEIRANTES

LOGRADOURO: RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) DO KM 12+200 ao KM 18+200

MUNICÍPIOS: VALINHOS E CAMPINAS

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira – SP-083, com 6,0 km de extensão, entre os km 12+200 e 18+200, em pista dupla, com duas faixas em cada sentido separadas por canteiro central, promovendo a ligação viária entre as Rodovias Anhanguera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348). Também são previstas obras de arte especiais, como viadutos e pontes.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 05 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 29/05/13

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)

SELLO  
DE  
AUTENTICIDADE

CETESB  
152862  
COMPANHIA  
DE TECNOLOGIA  
DE SANEAMENTO  
AMBIENTAL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 01/07

PROCESSO  
Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.233

O empreendedor deverá apresentar, para análise e aprovação da CETESB, o atendimento às seguintes exigências:

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação – LI

1. Apresentar o detalhamento do Programa de Comunicação Social, incluindo, além do proposto: a divulgação de informações à população sobre o número de vagas e perfil profissional buscado, reuniões periódicas com as prefeituras dos municípios afetados, associações de moradores, conselhos municipais, etc. Demonstrar ainda a realização das atividades prévias de comunicação social, como o atendimento às reclamações, esclarecimento de dúvidas da população, e reuniões realizadas.
2. Apresentar, para análise e aprovação, um Programa de Adequação Ambiental do Projeto Executivo, que contemple diretrizes e procedimentos ambientalmente adequados a serem incorporados às obras, tais como a otimização do balanço de materiais, ações para a incorporação de critérios ambientais pelas empreiteiras e fornecedores etc.
3. Apresentar o Plano de Ataque de Obras para cada trecho de obra a ser iniciado, com cronograma e responsáveis pela execução e recuperação ambiental, com suas respectivas Anotação de Responsabilidade Técnica – ARTs.
4. Apresentar, para análise e aprovação, o detalhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras, de Monitoramento e de Educação Ambiental, e respectivos Subprogramas, contemplando, no mínimo: a equipe alocada e as respectivas responsabilidades, incluindo a participação de representantes das empreiteiras; o detalhamento das medidas e procedimentos propostos; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não-conformidades; as formas de registros ambientais e de treinamento dos empregados; os métodos e procedimentos de trabalho ambientalmente adequados para a construção da obra; e o cronograma de atividades.
5. Apresentar pranchas do projeto do empreendimento, informando especialmente sobre a concepção geral do projeto, detalhe das obras-de-arte especiais, das obras de estabilidade de taludes e dos sistemas de drenagem acompanhados de memorial descritivo e das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs. Indicar os critérios ambientais adotados para redução de supressão de vegetação e interferências em Áreas de Preservação Permanente – APP's, tais como ajustes de traçado, e de localização do acesso previsto na transposição do Rio Capivari;
6. Indicar em foto aérea ou imagem de satélite (escala 1:10.000 ou maior) as áreas de empréstimo e depósito de material excedente a serem utilizadas nas obras. Informar sobre o balanço de massa para terraplenagem. Para as áreas de apoio situadas fora de faixa de domínio, priorizar as que se enquadrem na Resolução SMA nº 30/00, efetuando o cadastramento das mesmas no Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE.
7. Apresentar, no âmbito do Subprograma de Prevenção e Controle da Erosão e do Assoreamento do PCA, o mapeamento e georreferenciamento dos pontos críticos sujeitos ao assoreamento, cuja escolha deverá ser devidamente justificada. Para tais pontos, deverá ser apresentada a batimetria atual. Ressalta-se que o mapa deverá conter a rede hídrica das sub-bacias atravessadas e o

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

SELO  
DE  
AUTENTICIDADE  
CETESB COMPANHIA  
DE TECNOLOGIA  
DE SANEAMENTO  
AMBIENTAL  
152863



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 02/07

PROCESSO  
Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.233

traçado do empreendimento diferenciado pelos métodos construtivos deste. Incluir o uso de barreiras físicas fixas e de barreiras flutuantes no Rio Capivari e seus principais afluentes a serem afetados pelas obras.

8. Apresentar, no âmbito do Subprograma de Monitoramento de Água, outros pontos de monitoramento a jusante e a montante do Rio Capivari, nos afluentes denominados I, II, V e VI. Os pontos de amostragem deverão ser plotados em mapas georeferenciados (informar a coordenada geográfica e UTM no DATUM SIRGAS-2000). Os laudos analíticos dos parâmetros de qualidade da água deverão atender ao disposto na Resolução SMA 90/12, e os resultados das campanhas de caracterização e monitoramento de qualidade da água deverão ser apresentados também em planilhas eletrônicas editáveis.
9. Apresentar, no âmbito do Programa de Adequação Ambiental do Projeto Executivo, avaliação das potenciais alterações dos fluxos subterrâneos e superficiais decorrentes das obras embasada em estudo hidrogeológico, seus reflexos na superfície e usos do solo e das águas, e propostas de medidas mitigadoras efetivas para a fase de implantação e operação.
10. Apresentar, para os cursos d'água interceptados, a Outorga de Implantação de Empreendimento emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, conforme a Instrução Técnica DPO nº001 do DAEE, de 30/07/2007 (atualizada em 21/12/2012).
11. Comprovar, no que couber, junto ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, o atendimento ao Parecer Técnico GT - Empreendimentos nº 01/2013, emitido pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - PCJ.
12. Apresentar os acordos firmados com os detentores dos direitos minerários nas áreas afetadas pela implantação do traçado proposto, e comprovar a solicitação dos bloqueios de lavra junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.
13. Apresentar a localização e o layout do canteiro de obras, indicando as instalações previstas (alojamento, oficinas, refeitório, sanitários químicos, unidades industriais, vias de acesso, etc.), bem como as licenças de operação das unidades industriais contratadas para a execução dos serviços.
14. Apresentar para análise e aprovação um Programa de Gerenciamento de Risco e Plano de Ação Emergencial para Fase de Obras, incorporando as diretrizes dispostas no Parecer Técnico 164/13/IE.
15. Apresentar um Relatório de Investigação de Áreas Contaminadas considerando as diretrizes descritas no Parecer Técnico Nº 164/13/IE. Na ocorrência destas, apresentar um Programa de Gerenciamento de Passivos Ambientais, baseado nas instruções para o gerenciamento de áreas contaminadas conforme o "Procedimento para Gerenciamento de Áreas Contaminadas", aprovado em Decisão de Diretoria nº 103/2007/C/E da CETESB, de 22/06/2007, publicada no D.O.E. de 27/06/07.
16. Incluir no Subprograma de Controle de Intervenção em APPs e Supressão de Vegetação Nativa do PCA, outras diretrizes para o controle da atividade de supressão de vegetação, tais como: cronograma de supressão priorizando os períodos de menor precipitação e reprodução; delimitação prévia das áreas de corte e intervenções em APP; treinamento ambiental contínuo da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 03/07

PROCESSO  
Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.233

mão-de-obra quanto aos cuidados com a flora e com a fauna; destinação adequada do material orgânico resultante da supressão e armazenamento da camada superficial de solo (top soil); acompanhamento da supressão de vegetação por profissionais habilitados para a salvaguarda da fauna. Apresentar listagem e registro fotográfico dos Centros de Triagem que poderão ser utilizados ou proposta de implantação;

17. Incluir no detalhamento do Subprograma de Recomposição Florestal, indicação em foto ou imagem de satélite das potenciais áreas para realização dos plantios compensatórios. Considerar as áreas existentes no entorno da Floresta Estadual da Serra d'Água e as APPs presentes na ADA e AID, de forma a aumentar a conectividade da região;
18. Obter as Autorizações para Supressão de Vegetação e intervenções em Áreas de Preservação Permanente – APP e respectivo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, junto ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE.
19. Incluir, no âmbito do Programa de Adequação Ambiental do Projeto Executivo, os projetos para implantação de passagens de fauna nos cursos d'água interceptados pela rodovia (km 16+900, km 17+270 e km 17+450), contemplando a localização georreferenciada, detalhamento dos projetos (seção transversal, dimensões, tipos de piso, cercas de direcionamento, etc) e a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável. Avaliar a possibilidade de implantar passagens dissociadas de curso d'água no km 15+700 da Rodovia.
20. Incluir no detalhamento do Subprograma de Monitoramento e Salvaguarda da Fauna as ações e procedimentos previstos para o monitoramento, equipamentos necessários, atividades de salvaguarda da fauna priorizando o afugentamento em detrimento da captura; estudo de técnicas adequadas de afugentamento; diminuição do tempo de permanência dos animais no centro de triagem; definição das áreas de soltura; definição das instituições que receberão os animais e sua capacidade de atendimento, priorizando a possibilidade de reintrodução; Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável. Observar as diretrizes da Resolução SMA 22/10, e apresentar os resultados da 2ª. campanha de monitoramento de fauna.
21. Apresentar o comprovante de pagamento dos recursos da compensação ambiental, para atendimento à Lei Federal nº 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002 e alterada pelo Decreto Federal nº 6.848/2009, conforme deliberação da Câmara de Compensação Ambiental da SMA;
22. Apresentar manifestação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC, sobre o processo de tombamento da Fazenda Singer ou Capuavinha.
23. Apresentar um Subprograma de Gerenciamento de Tráfego das Obras e do Sistema Viário Local, no âmbito do PCA, contemplando minimamente: elaboração de projetos de desvios e travessias provisórias; planejamento de segurança do tráfego na construção; implementação de medidas de sinalização de obra; minimização das interferências nas relações e fluxos entre bairros; e redução de interferências no sistema viário local e na circulação de tráfego.
24. Apresentar as anuências dos órgãos municipais de trânsito quanto ao Plano de Tráfego, assim como aos desvios e interrupções necessários durante as obras.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 04/07

ANEXO

PROCESSO

Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.233

25. Apresentar o detalhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, contemplando as ações de treinamento ambiental dos trabalhadores capacitação da mão de obra, priorização de mão de obra local. Considerar o reaproveitamento da mão de obra proveniente de atividades econômicas (agrícolas, comerciais, etc.) encerradas por ocasião das ações de desapropriação e relocação.
26. Apresentar para análise e aprovação, o detalhamento do Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios considerando as diretrizes indicadas no Parecer Técnico 164/13/IE e contemplando: cadastro físico e socioeconômico atualizado de todas as propriedades afetadas pelo empreendimento; apresentação sobre ortofoto ou imagem de satélite (em escala 1:2.000) a caracterização da situação das propriedades (situação fundiária, física dos imóveis, etc.); cadastro de grupos mais vulneráveis (idosos, deficientes, pessoas com necessidades especiais, etc.); a área total das propriedades e a porcentagem de área afetada pelo empreendimento; o Decreto de Utilidade Pública (DUP) e comprovações das negociações em curso e acordos amigáveis firmados ou imissões na posse; equipe técnica responsável; cronograma de atividades compatível com cronograma da obra.
27. Incluir no Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, o cadastro atualizado da população residente não proprietária (inquilinos, agregados, meeiros, arrendatários, caseiros, etc.); os acordos firmados para relocação das famílias; as ações para relocação dessas famílias previamente equacionada junto às Prefeituras Municipais e demais órgãos envolvidos (CDHU, COHAB, etc.) de forma a evitar a migração e relocação para áreas irregulares, de risco ou de proteção ambiental; promoção de atendimento às famílias; e acompanhamento do programa por profissionais habilitados (assistentes sociais, psicólogos, etc.).
28. Incluir no Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, o detalhamento das propostas de medidas mitigadoras e compensatórias relativas ao impacto da desapropriação de atividades econômicas afetadas, o cadastro atualizado dos comércios, indústrias, serviço e áreas de produção rural afetadas (proprietários ou não dos terrenos onde estejam estabelecidos); caracterização socioeconômica; número de empregos afetados; propostas de áreas para relocação das atividades econômicas afetadas; parcerias com órgãos de orientação e capacitação para a reestruturação dos estabelecimentos afetados.
29. Apresentar o cadastro atualizado das infraestruturas (rodovias, adutoras, linhas de transmissão, dutos, etc.) interceptadas pelo traçado, e respectivo mapeamento.
30. Apresentar aprovação do Programa de Prospeção Arqueológica e Educação Patrimonial pelo IPHAN, conforme Ofício nº 275/2013 – IPHAN/SP.
31. Comprovar a compatibilidade do projeto executivo do empreendimento com as diretrizes específicas do Sistema Viário, propostas na Macrozona 6 do Plano Diretor de Campinas.

**Antes do início das obras**

32. Apresentar a Autorização para manejo, translocação, captura e transporte da fauna emitida pelo Departamento de Fauna da Secretaria do Meio Ambiente (SMA/CBRN/DeFau), conforme disposto na Resolução SMA nº 25/2010.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 05/07

PROCESSO  
Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.233

**Durante a implantação do empreendimento**

33. Apresentar, no prazo máximo de 60 dias da emissão da LI, relatório fotográfico datado comprovando a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras, especialmente junto dos corpos d'água e/ou talvegues. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos estruturais de contenção de sedimentos, conforme previsto no Programa de Controle Ambiental de Obras – PCA. Deverão constar também os registros fotográficos dos corpos d'água antes do início das obras e durante as intervenções previstas, com especial atenção ao Rio Capivari;
34. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando as atividades desenvolvidas no período, os resultados obtidos, avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos datados.
35. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e respectivos Subprogramas, comprovando por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentados os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável. Apresentar, para os programas de monitoramento, os resultados obtidos em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível); e, a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.
36. Apresentar, antes de intervir nos cursos d'água interceptados pelo empreendimento, a Outorga de intervenção em recursos hídricos emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/2005.
37. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, informando sobre o contingente de trabalhadores contratados e desmobilizados no período, as capacitações realizadas, além de comprovar a priorização e contratação de trabalhadores locais.
38. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, contendo retrógráfico atualizado demonstrando o andamento das ações de desapropriação por propriedade, informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela desapropriação e relocação (informando o grau de adaptação à nova situação e nível de satisfação), avaliação de desempenho do programa, as não conformidades identificadas (principais problemas a serem solucionados), as respectivas medidas corretivas adotadas, equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos.
39. Obter as autorizações e anuências prévias dos órgãos e/ou concessionárias responsáveis pelas infraestruturas afetadas, antes das intervenções nestas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 06/07

ANEXO

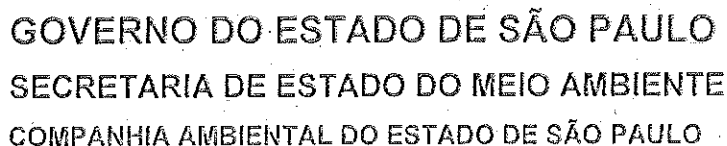
PROCESSO

Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.233

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO

40. Apresentar relatório final do Programa de Comunicação Social com o balanço das atividades desenvolvidas durante as obras, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, a avaliação da efetividade do Programa e a equipe técnica responsável.
41. Apresentar relatório conclusivo dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e dos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá também ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras;
42. Apresentar o detalhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando ações relativas à manutenção do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; registros de acidentes com produtos perigosos, de incêndios gerados na faixa de domínio; ações de comunicação social e do gerenciamento de resíduos; ações de combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras.
43. Apresentar situação de atendimento aos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA firmados com a CETESB, informando em relatório a descrição das ações realizadas; o mapeamento e georeferenciamento das áreas de plantio; os resultados obtidos e sua avaliação; e o cronograma de atividades.
44. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo pagamento, se houver, é condicionante para a emissão da Licença de Operação.
45. Apresentar relatório final do Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-Obra indicando, no mínimo, as atividades desenvolvidas, o balanço dos empregos diretos e indiretos gerados, avaliação da implementação do Programa e a equipe técnica responsável.
46. Apresentar para análise a aprovação, o relatório final comprovando a realização do Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, contemplando no mínimo, as ações realizadas na implantação do empreendimento; as negociações amigáveis firmadas ou imissões provisórias na posse emitidas e representadas em planta (escala 1:5.000) com as delimitações das propriedades e a situação legal de cada propriedade; a avaliação dos resultados obtidos e as atividades a serem realizadas no período de operação, como o monitoramento e o acompanhamento do reassentamento, não inferior a 12 meses após a conclusão da relocação da população afetada; a comprovação da relocação dos equipamentos afetados pelo empreendimento; entre outros.
47. Incluir, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, o detalhamento das medidas operacionais de conscientização, prevenção e planos de emergência para combate a incêndios nos remanescentes florestais.



ANEXO

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2.233

48. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Monitoramento de Fauna, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, incluindo as campanhas de monitoramento dos eventuais atropelamentos de animais; formas de registros das ocorrências, periodicidade das amostragens; equipe técnica responsável, etc;
49. Apresentar, no âmbito do Programa de Educação Ambiental, medidas e ações visando a conscientização quanto ao risco do abandono de animais domésticos nas áreas lindeiras, por meio de campanhas periódicas e palestras, que alertem a população do entorno tanto sobre os aspectos de proteção aos animais como de prevenção de acidentes nas estradas.

### Durante a operação do empreendimento

- [illegible]

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem